



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1913677 - SP (2020/0343824-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MATHEUS HENRIQUE BERTELI DA SILVA
ADVOGADO : LUÍS ANTÔNIO GONZAGA - SP148696
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : MATHEUS HENRIQUE BERTELI DA SILVA
ADVOGADO : LUÍS ANTÔNIO GONZAGA - SP148696
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada por MATHEUS HENRIQUE BERTELI DA SILVA em que se requer seja atribuído efeito suspensivo ao vertente recurso, que admitiu parcialmente o recurso especial interposto, com fundamento no art. 1.042 do CPC.

O requerente alega ter sido condenado pelo crime tipificado no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 às penas de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e de pagamento de 194 (cento e noventa e quatro) dias-multa, calculados no mínimo legal, e de pagamento de 100 UFESP's, de acordo com o art. 4º, § 9, alínea "a", da Lei Estadual n. 11.608/03, bem como a ter suspensos seus direitos políticos, como incurso no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06.

Requer seja deferido efeito suspensivo à referida decisão recorrida dada a suposta situação flagrante de direito em que se encontra.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito

suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental.

2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.

3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.

4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."

5. O requerente, entretanto, não comprovou o *periculum in mora*, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível.

6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)

Na espécie, não está evidenciado o *fumus boni iuris*, porquanto, mediante análise do caso, não obstante o recurso especial tenha sido admitido na origem, o acórdão atacado se encontra devidamente fundamentado, os pontos contestados foram apreciados pelo órgão julgador conforme se extrai do resumo do julgamento e não houve qualquer alegação da parte com relação ao *periculum in mora*:

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: DERAMPROVIMENTO ao recurso interposto pelo Ministério Público, para condenar o apelado Matheus Henrique Berteli da Silva à pena de 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e pagamento de 194 (cento e noventa e quatro) dias-multa, calculados no mínimo legal, e ao pagamento de 100 UFESP's, de acordo com o art. 4º, § 9º, alínea "a", da Lei Estadual nº

11.608/03, bem como a ter suspensos seus direitos políticos, como incurso no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

Ante o exposto, diante da ausência do *fumus boni iuris*, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente